

CONTRIBUTOS DA FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Francisco Jardilson Barroso Ferreira ¹

Larissa Camila Martins de Oliveira ²

Sinara Mota Neves de Almeida ³

RESUMO

O artigo aborda os desafios contemporâneos enfrentados pelos professores da Educação Básica, destacando a formação continuada como um processo essencial para o aprimoramento da prática docente. O estudo tem como objetivo refletir sobre a importância da formação continuada no processo de ensino e aprendizagem, analisando contribuições de autores como Paulo Freire, Nóvoa e Tardif. Metodologicamente, adota-se uma pesquisa bibliográfica para analisar a produção acadêmica existente sobre o tema. Conclui-se que, apesar dos avanços nas políticas de formação dos docentes, há lacunas entre a formação inicial e as demandas da prática educativa contemporânea, o que reforça a necessidade de programas de formação continuada que dialoguem com as realidades escolares e sociais.

Palavras-chave: Formação Continuada. Ensino. Aprendizagem.

CONTRIBUTIONS OF CONTINUING EDUCATION FOR TEACHERS IN THE TEACHING AND LEARNING PROCESS

ABSTRACT

The article addresses the contemporary challenges faced by Basic Education teachers, highlighting continuing education as an essential process for enhancing teaching practices. The study aims to reflect on the importance of continuing education in the teaching and learning process, analyzing contributions from authors such as Paulo Freire, Nóvoa, and Tardif. Methodologically, a bibliographic research approach is adopted to analyze the existing academic production on the topic. The conclusion emphasizes that despite advancements in teacher training policies, gaps remain between initial training and the demands of contemporary educational practice. This underscores the need for continuing education programs that engage with school and social realities.

Keywords: Continuing Education. Teaching. Learning.

¹ ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1172-5213> Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade de Passo Fundo - UPF. Bolsista CAPES. Mestre em Ensino e Formação Docente (UNILAB-IFCE). Membro do Grupo de Pesquisa sobre Educação, Diversidade e Docência (EDDocência). E-mail: 206660@upf.br

² ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5494-6112> Professora efetiva da Educação Básica, Técnica e Tecnológica no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE - Campus Acaraú). Mestre em Ensino e Formação Docente (UNILAB-IFCE). E-mail: larissa.camila@ifce.edu.br

³ ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8183-1636> Professora Associada da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Doutorado em Educação Brasileira pela Universidade Federal de Ceará. Coordenadora e Professora do Mestrado Profissional em Ensino e Formação Docente (UNILAB-IFCE). Membro do Grupo de Pesquisa sobre Educação, Diversidade e Docência (EDDocência). E-mail: sinaramota@unilab.edu.br

INTRODUÇÃO

Os desafios contemporâneos impostos à atividade docente no cotidiano escolar da Educação Básica são multidimensionais e estão se complexificando a cada dia. O contexto de incertezas e imprevisibilidade da dinâmica educativa transcende a mera transmissão de conhecimento, demandando uma constante reflexão e aprimoramento por parte dos profissionais que atuam na linha de frente do ensino. Nesse sentido, a formação continuada de professores da educação básica emerge como um elemento fundamental para a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem.

Assim, considera-se a formação continuada dos professores como ação complementar e imprescindível ao desenvolvimento dos saberes profissionais voltados à práxis educativa - compreendida na relação indissociável teoria-prática. Além de contribuir para a reflexão do professor sobre a sua atividade educativa, configurada como prática social, a formação continuada aprofunda os estudos sobre as fundamentações teóricas dos processos de ensino-aprendizagem, e oportuniza o desenvolvimento de professores intelectuais, à medida que produzem conhecimentos por meio de pesquisas científicas.

Nesse sentido, este artigo propõe refletir sobre a importância da formação continuada de professores no processo de ensino e aprendizagem, considerando as contribuições teóricas de autores renomados como Paulo Freire (2001; 2011), Nóvoa (2017; 2021), Tardif (2014), entre outros, que destacam a relevância da formação continuada como um processo contínuo e dinâmico, capaz de promover não apenas a atualização técnica, mas também o desenvolvimento pessoal e profissional dos docentes. Nesse contexto, torna-se crucial compreender os desafios enfrentados pelos professores no exercício de suas funções, bem como as demandas específicas de formação que emergem no contexto da Educação Básica brasileira.

A complexidade dos desafios contemporâneos, tais como a diversidade cultural, a inclusão de alunos com necessidades especiais, o uso de tecnologias educacionais, a avaliação formativa, entre outros, requer repensar ações formativas que adotem abordagem multidimensional na formação continuada, que dialogue de forma crítica e reflexiva com a realidade escolar e social.

Para tanto, utilizamos a pesquisa bibliográfica neste estudo no sentido de aprofundar o conhecimento e desenvolver considerações relevantes acerca do processo de formação continuada dos professores.

Segundo Carvalho *et al* (2019, p. 37), a pesquisa bibliográfica "utiliza fontes bibliográficas ou material elaborado, como livros, publicações periódicas, artigos científicos, impressos diversos ou, ainda, textos extraídos da internet." Busca-se com esse método revisar e analisar criticamente o conhecimento existente sobre o tema, proporcionando uma base sólida para a compreensão do contexto teórico, consoante o pensamento de Lakatos (2003, p.158) que aborda esse tipo de pesquisa como sendo um "apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema." Nessa perspectiva, selecionamos os materiais bibliográficos produzidos por pesquisadores e autores renomados na área de estudo em questão.

O estudo possui abordagem qualitativa, com intuito de refletir sobre questões relevantes no âmbito da formação docente e a sua contribuição para a efetividade do processo de ensino e aprendizagem. Ao refletir sobre as práticas formativas no contexto da Educação Básica brasileira, contribuímos para o fortalecimento do processo de ensino e aprendizagem, promovendo uma educação de qualidade e mais inclusiva para todos os estudantes.

Este trabalho está organizado em sessões, iniciando por esta introdutória, que apresenta o contexto, a importância e a justificativa do estudo, seguido de uma análise teórica sobre a formação continuada e a interface entre ensino e aprendizagem. Na sequência, são discutidos os principais conceitos e implicações da formação continuada no âmbito educacional, com base em autores consagrados e documentos legais, para, finalmente, aprofundarmos as discussões sobre o papel da formação continuada como um instrumento impulsionador da qualidade do ensino e da aprendizagem na educação básica.

1. A INTERFACE DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A ação docente comporta dois elementos indissociáveis: o ensinar e o aprender. Este processo é orientado por um conjunto de objetivos, conteúdos, estratégias e métodos que se alinham em uma situação didática, visando promover o desenvolvimento cognitivo e socioemocional dos estudantes.

Libâneo (2013), enfatiza que a tarefa elementar do educador é a garantia de unidade entre o ensino e a aprendizagem. Para o autor, essas duas ações são faces do mesmo processo, no qual o professor planeja, dirige e controla o ensino, com o intuito de promover um estímulo para que os estudantes possam aprender ativamente.

Nesse processo, a relação professor-aluno torna-se um elemento indispensável, uma vez que, segundo Freire (2011), é compreendida como um ambiente de mútuas trocas, no qual os sujeitos (professor e aluno) são ativos na construção do conhecimento. Freire destaca nos seus escritos a importância de uma abordagem dialógica, que consiste na valorização da interação e do diálogo como ferramentas imprescindíveis para a aprendizagem, afastando a ideia de educação bancária, em que o professor é aquele que detém o conhecimento e deposita-o nos alunos, que são considerados sujeitos passivos.

O ensino dialógico na perspectiva Freireana, considera que o professor é um mediador do conhecimento, que propõe uma escuta atenta e aprende com as experiências dos estudantes. Freire (2011) defende que ensinar exige respeito aos educandos, cabendo ao educador reconhecer que as suas experiências são elementos indispensáveis para o desenvolvimento do seu pensamento crítico, da sua autonomia, oportunizando-os a serem sujeitos da sua própria aprendizagem.

Nesse sentido, o ensino e aprendizagem não deve se resumir em um simples treinamento técnico, mas um processo que considera o ser humano em todas as suas dimensões. Freire (2011) enfatiza que "a necessária promoção da ingenuidade à criticidade não pode ou não deve ser feita à distância de uma rigorosa formação ética ao lado sempre da estética. Decência e boniteza de mãos dadas" (Freire, 2011, s.p).

A estética, nesse contexto, é vista como uma forma de expressão da sensibilidade, da criatividade e da humanidade, no qual o processo educativo precisa reconhecer o aluno como um ser completo, com múltiplas dimensões que devem ser trabalhadas. E a ética indica a responsabilidade pelas escolhas e decisões que são tomadas a todo momento e que, no contexto educacional, precisam observar os valores com autonomia, respeito e humanização.

É importante destacar a necessidade de se pensar uma educação que vá além do mero treinamento, tendo em vista o caráter formador da educação. Nas lições de Freire,

transformar a experiência educativa em puro treinamento técnico é amesquinhar o que há de fundamentalmente humano no exercício educativo: o seu caráter formador. Se se respeita a natureza do ser humano, o ensino dos conteúdos não pode dar-se alheio à formação moral do educando. Educar é substantivamente formar. (Freire, 2011, s.p).

A prática educativa, portanto, deve sempre considerar a formação integral, incluindo o desenvolvimento ético e estético dos educandos. O aspecto ético ligado ao desenvolvimento de valores como justiça, respeito, solidariedade e responsabilidade e o aspecto estético atrelado à

sensibilidade, à criatividade e à valorização da beleza e da arte, permitindo que o educando desenvolva uma percepção ampla e crítica do mundo.

A interface do processo de ensinar e aprender, à luz das ideias de Paulo Freire, nos permite compreender que a mera transmissão do conhecimento não é capaz de colocar o educando num lugar de reflexão e criticidade sobre suas ações. O processo educativo pressupõe um espaço dinâmico de troca e construção conjunta do conhecimento, no qual o respeito e o diálogo são recursos imprescindíveis para o desenvolvimento crítico e emancipador dos estudantes.

Ocorre que a formação inicial de professores tem deixado uma lacuna gigantesca no que tange a prática docente dialógica e emancipadora, falhando na oferta de subsídios suficientes para lidar com as complexidades do processo educativo contemporâneo, como a integração de novas tecnologias, a diversidade cultural e as metodologias ativas. Dessa forma, torna-se indispensável investir com qualidade dos programas de formação continuada, alinhando-os às demandas da contemporaneidade, como diversidade, inclusão e tecnologia, permitindo que os docentes possam atualizar suas práticas e desenvolver um ensino dialógico e transformador, na tentativa de superar os desafios visíveis, ainda decorrente de práticas educativas caracterizadas pela educação bancária.

2. A FORMAÇÃO CONTINUADA NO ÂMBITO EDUCACIONAL

A justificativa para a formação específica dos professores no desenvolvimento de suas funções está ligada aos aspectos da modernidade e da ampliação da educação básica para todas as camadas sociais. É bem verdade que os movimentos sociais, os teóricos da educação, e outros aspectos históricos, contribuíram com iniciativas voltadas à formação de professores. Contudo, é a partir da Revolução Francesa que se fundamenta a ideia da escola normal a cargo do estado, com vista a formar professores leigos.

A primeira forma de preparação de professores deu-se nas primeiras escolas de ensino mútuo, instaladas a partir de 1820, no Brasil. Havia a preocupação não somente de ensinar as primeiras letras como também de preparar docentes, instruindo-os no domínio do método. (De Castro, 2016, p.231).

Contudo, essa preparação de professores ainda era muito incipiente, sendo considerada por Saviani (2009), como os primeiros ensaios de formação docente resultantes da pressão da camada social elitista do país.

Ademais, o Iluminismo em conjunto com a Revolução Industrial trouxe grandes avanços e contribuições para o desenvolvimento de um plano pedagógico, que valorizava a razão como instrumento de grande importância para se alcançar o conhecimento. É a partir disso, que surgem as escolas normais, modificando e enriquecendo o currículo, bem como, ampliando o acesso à educação.

No Brasil, após o período da ditadura militar iniciada em 1964, com o processo de redemocratização em meados da década de 1980, muitas discussões e reformas estiveram presentes no país, como movimentos voltados para a construção de uma educação de qualidade, o que tornou mais efetiva a busca por formação e aperfeiçoamento dos docentes, no intuito de melhorar o processo educativo.

Os programas de formação continuada conhecidos por diferentes nomenclaturas como, formação em serviço, capacitações, reciclagens e outros cursos, se intensificaram nos anos 1980 e 1990, financiados pelas secretarias dos estados e municípios brasileiros, e, geralmente, ligados à universidade.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, tivemos algumas garantias regulamentadas que buscaram tornar realidade, o objetivo de se constituir uma educação de qualidade. Nessa lei foi estabelecida a obrigatoriedade do ingresso à carreira do magistério por meio de concurso público, assim como a criação de Planos de Cargos e Carreiras, e piso salarial com políticas de valorização dos educadores.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas. (Brasil, 1988).

Nesse sentido, observamos que cada vez mais o país avança para constituir um programa de valorização dos profissionais da educação, criando mecanismos para ofertar um processo de formação continuada que seja norteador de novas tendências e práticas pedagógicas inovadoras, que tenham como foco o resultado satisfatório do processo de ensino e aprendizagem. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, Lei federal nº 9394/96, no Art. 61, consideram-se profissionais da educação escolar básica, os que, nela estando em efetivo exercício, tenham sido formados em cursos reconhecidos, são eles:

- I – professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio;
- II – trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas

mesmas áreas;

III – trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim.

Parágrafo único. A formação dos profissionais da educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica, terá como fundamentos:

I – a presença de sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho;

II – a associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço;

III – o aproveitamento da formação e experiências anteriores, em instituições de ensino e em outras atividades.

A LDB e o Plano Nacional de Educação - PNE (2014-2024) abordam a formação docente como forma de valorização dos profissionais do magistério. A Meta 15, definiu:

Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam. (Brasil, 2014).

O Ministério da Educação entende, a luz da meta 15 do Plano Nacional de Educação, “que a formação acadêmica do professor é condição essencial para que assuma efetivamente, as atividades docentes e curriculares em todas as etapas e modalidades, seja no ambiente escolar, seja nos sistemas de ensino” (Brasil, 2014, p.48).

A formação, portanto, é um requisito indispensável ao exercício profissional docente e em atividades correlatas.

Entretanto, na prática, o caminho da formação contínua do professor, que teoricamente deveria ser responsável por minimizar ou mesmo extinguir as deficiências conceituais, práticas e epistemológicas da formação inicial deste profissional, assim como oferecer novos caminhos oriundos dos avanços científicos tecnológicos e econômicos da sociedade, vem também sendo interesse de críticas. (Granville, 2007, p. 168).

Mesmo com vários avanços na formação continuada dos professores, na atualidade, ainda há muitas falhas, e não existem muitos subsídios para que o professor possa aprofundar seu conhecimento, repensar sua prática, e refletir melhores condições de trabalho. Fica evidente a necessidade de se buscar cada vez mais a construção de um ambiente formativo que possa ser compreendido e colocado em prática.

As concepções pedagógicas contribuíram efetivamente para evolução da educação brasileira. Na década de 60, a escola nova confrontou a escola tradicional, trazendo um novo modelo de escola, e abrindo espaço para os anseios da sociedade. Nessa perspectiva, a função social enfatiza o pilar aprender a aprender, no qual o aluno deve ser sujeito ativo na aquisição do conhecimento, e o professor um mediador da aprendizagem.

Dessa forma, os cursos de formação continuada precisam estar mais próximos do professor e oferecer um embasamento teórico como suporte para os problemas surgidos no dia-dia, para que o mesmo, partindo dessa teoria possa buscar soluções para a sua prática docente. Precisa existir por parte do professor, um esforço teórico de conhecer o fenômeno – no caso, a prática educativa – para modificá-la tendo como base sua experiência profissional.

Os educadores devem estar em constante contato com ambiente de formação, abertos a novos conhecimentos para que possam refletir sobre a sua prática, visando um crescimento profissional que implica na construção de uma educação que cumpra de fato o papel de formar um cidadão crítico, participativo e transformador da sociedade.

3. O PROCESSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA COMO INSTRUMENTO IMPULSIONADOR DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM

Nas pesquisas em educação é comum encontrarmos termos como, formação contínua ou formação continuada com significados bem semelhantes, podendo variar de acordo com as abordagens teóricas dos estudiosos da área. De acordo com um levantamento realizado por Silva; Rocha, 2021, com estudiosos da formação docente de diferentes países como Brasil, Canadá, Espanha e Portugal, identificou-se que os termos “reciclagem”, “treinamento”, “aperfeiçoamento” e “capacitação” são mais utilizados no meio governamental e/ou no discurso diário do contexto escolar para referir-se à formação continuada. Já o termo formação permanente é identificado nas referências dos estudos de Paulo Freire (2001) e Imbernón (2011), ainda que com pequenas diferenças de abordagem, sendo para Freire (2001) sinônimo de aprendizagem ocorrida ao longo da trajetória de vida do professor, por sermos sujeitos históricos, inacabados e com condições permanentes de aprendizes. Já para Imbernón (2011), essa formação é dita permanente no que concerne a base para reflexão dos sujeitos sobre sua prática docente, de modo que permita uma autoavaliação que oriente seu trabalho e possibilite um desenvolvimento profissional e institucional.

Quanto ao termo formação contínua, Silva e Rocha (2021), destacam os autores Garcia (1999), Rodrigues (2006), Rodrigues e Esteves (1993) que a utiliza na perspectiva de uma formação voltada para o aperfeiçoamento e o desenvolvimento pessoal, profissional e social, contribuindo para a melhoria da escola e da qualidade da educação.

Ademais, o estudo de Silva e Rocha (2021)⁴, analisou a resposta dos estudiosos da área, como Alarcão, Candau, Esteves, Gatti, Nóvoa e Tardif, quando indagados sobre a diferença de concepção entre os dois termos (formação contínua e formação continuada), e identificou que os referidos autores não fazem uma distinção clara entre esses termos, por compreenderem que trata-se de “um processo constante de aperfeiçoamento da prática docente” (Silva; Rocha, 2021, p. 1151).

Sendo assim, neste estudo utilizamos o termo formação continuada a partir da abordagem teórica de Freire (2001); Imbernón (2011); Gatti (2016); Nóvoa (2017) e Tardif (2014), uma vez que consideram a formação como um processo inacabado e em constante transformação por meio da dialética do conhecimento a partir das reflexões prático-teóricas sobre a própria prática docente, que gera conhecimento pedagógico, implicando constantes desenvolvimentos, aprendizagens e qualidade na educação.

Vale ressaltar que os dispositivos legais, a LDB 9394/96 e os documentos dos programas governamentais de formação docente, estabelecem o termo formação continuada para referir-se às ações ou aos cursos de aperfeiçoamento voltados ao desenvolvimento profissional dos professores, assim como cursos de pós-graduação centrados na disseminação e produção de conhecimentos científicos.

Considerando que a formação docente é uma constante que se desenvolve a partir de e além de um ambiente institucional, pois ocorre também nos desafios do contexto escolar, nas situações dinâmicas, na imprevisibilidade da sala de aula, no contexto social e em espaços-tempo plurais, onde os docentes desenvolvem novos conhecimentos aproximando-se e/ou fortalecendo vínculos entre os professores, os saberes científicos e pedagógicos, além de ressignificar suas práticas para o ensino e a aprendizagem (Silva, et al., 2019).

O processo de formação continuada é uma das principais ferramentas para aprimorar e sustentar a qualidade do ensino e da aprendizagem, uma vez que além da simples atualização de conteúdos ou metodologias, representa um percurso para que os docentes se tornem mais

⁴ Estudo realizado por meio de troca de correspondências eletrônicas (e-mail) com pesquisadores do Brasil, Canadá, Espanha e Portugal, para conhecer e compreender as diferentes concepções e posicionamentos em relação à discussão sobre os termos/conceitos de formação contínua e formação continuada.

reflexivos, críticos e comprometidos com a transformação da prática educativa.

O processo formativo precisa ser encarado de forma contínua e dialética, permitindo que os professores possam pensar sobre sua própria prática e serem capazes de melhorar a qualidade de sua ação pedagógica. Nessa perspectiva, quando bem estruturada e alinhada às demandas do cotidiano escolar, a formação continuada se coloca como um importante instrumento de melhoria das práticas pedagógicas e dos processos de aprendizagem, favorecendo o desenvolvimento de uma prática docente integrada e coerente com as necessidades dos estudantes e, por consequente, garantindo que o processo de ensino se torne mais dinâmico, crítico e transformador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou refletir sobre a importância da formação continuada no processo de ensino e aprendizagem. Partimos de uma análise teórica que valoriza o ensino dialógico, a mediação do conhecimento e o respeito à autonomia dos estudantes, segundo as ideias de Paulo Freire. A articulação entre esses conceitos permitiu reforçar a importância de uma prática pedagógica que vá além da simples transmissão de conteúdos, visando uma formação crítica e emancipadora.

Nesse diapasão, ao abordar o processo de formação continuada, evidenciamos que ela não se limita a atualizações pontuais e deve ser compreendida como um processo contínuo de reflexão e ressignificação da prática docente, tornando-se indispensável para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras que contribuam para a construção de um ensino mais dialógico e inclusivo.

Por fim, embora as políticas de formação dos docentes tenham avançado, ainda há lacunas entre a formação inicial e as demandas da prática educativa contemporânea, reforçando a necessidade de programas de formação continuada que dialoguem com as realidades escolares e sociais, como a inclusão, a diversidade e o uso das tecnologias, na perspectiva de impulsionar a melhoria do ensino e da aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1998.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB**. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação (2014-2024)**. Brasília, Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014.

CARVALHO, Luis Osete Ribeiro. DUARTE, Francisco Ricardo. MENEZES, Afonso Henrique Novaes. SOUZA Tito Eugênio Santos [et al.]. **Metodologia científica: teoria e aplicação na educação a distância**. Petrolina-PE, 2019.

DE CASTRO, Michele Guedes Bredel de. Uma retrospectiva da formação de professores: histórias e questionamentos. **Movimento-revista de educação**, n. 4, 9 ago. 2016. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/32582> Acesso em: 02/09/2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação: ensaios – 5.ed.** São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões de Nossa Época; v.23)

GARCIA, Carlos Marcelo. **Formação de Professores: para uma mudança educativa**. Porto, Portugal: Porto Editora, 1999.

GATTI, Bernardete Angélica; BARRETO, Eliza Siqueira de Sá. **Professores do Brasil: impasses e desafios**. Brasília: UNESCO, 2009.

GATTI, Bernardete Angélica. A Formação de Professores: condições e problemas atuais. **Revista internacional de formação de professores**, v. 1, n. 2, p. 161-171, 2016.

GRANVILLE, Maria Antônia. **Teorias e práticas na Formação de Professores**. Campinas: Papirus, 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MACONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

NÓVOA, Antônio Sampaio da. Os Professores e a sua Formação num Tempo de Metamorfose da Escola. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 3, e84910, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362019000300402
>Acesso em: 16 abr. 2021.

NÓVOA, Antônio Sampaio da. Firmar a posição como Professor. Afirmar a Profissão Docente. **Cadernos de Pesquisa**. V. 47, n.166, p. 1106-1133, 2017.

RODRIGUES, Ângela; ESTEVES, Manuela. **A análise de necessidades formativas na formação de professores**. Portugal: Porto, 1993.

RODRIGUES, Ângela. **Análise de práticas e de necessidades de formação. Lisboa, Portugal: Direção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular, 2006.** (Coleção Ciência da Educação, v. 50).

SAVIANI, Dermeval. Formação de Professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. **Revista Brasileira de Educação.** Campinas, v. 14, n. 40, 2009.

SILVA, Anair Araújo de Freitas; ROCHA, Juliano Guerra. **Dilemas em torno dos conceitos/termos formação contínua e formação continuada: um diálogo com pesquisadores do Brasil, Canadá, Espanha e Portugal.** Olhares & Trilhas | Uberlândia | vol.23, n. 3 | jul.-set./2021. p. 1143-1155 - ISSN 1983-3857. 2021.

SILVA, Francisca Angerline de Lima da; SILVA, Maria do Socorro Lopes da; FERNANDES, Rosa Angélica Sousa Matos; COSTA, Elisângela André da Silva. **Dialogicidade, Pesquisa e Formação Continuada de Professores.** In: COSTA, Elisangela André da Silva; LIMA, Maria Socorro Lucena; MARTINS, Elcimar Simão (Orgs.). Diálogos Pedagógicos na Formação de Professores: articulações entre ensino, pesquisa e extensão. Fortaleza: Imprece, 2019.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** 17 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

Recebido em: 20/10/2024

Aprovado em: 23/12/2024